

# Combate aos incêndios na Amazônia terá mais verbas

Governo espera aumento de 20% sobre os R\$ 5,8 mi de 1999

Regina Scharf e Pablo Uchôa\*  
 de São Paulo e Brasília

O Ministério do Meio Ambiente inicia este mês o terceiro ano da campanha de combate aos desmatamentos e queimadas da região amazônica, programa criado após os incêndios que devastaram metade do estado de Roraima em 1998.

A expectativa, no governo, é de obter pelo menos 20% além dos R\$ 5,8 milhões repassados pelo Banco Mundial (Bird) no ano passado — e que, desta vez, os recursos cheguem antes da temporada de incêndios. Isso porque, no ano passado, o governo federal levou mais de um ano para enviar o projeto ao Senado, de modo que os recursos só chegaram em outubro, no fim da temporada seca em boa parte da Amazônia.

O anúncio do reinício da campanha “Amazônia Fique Legal” foi feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em seu programa semanal de rádio “Palavra do Presidente”. Ela terá o apoio de duas mil pessoas, quatro vezes mais do que no ano passado, já que envolverá também as agências ambientais estaduais, além de funcionários do Ibama (agência ambiental federal), das Forças Armadas e de organizações não-governamentais.

O foco principal da campanha de

combate aos desmatamentos e queimadas é o chamado Arco do Desflorestamento, uma faixa de 3 mil quilômetros de extensão e até 600 quilômetros de largura que inclui porções dos estados do Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amazonas e Pará. Neste trecho, de acordo com Fernando Henrique, ocorrem 80% dos desmatamentos e das queimadas na Amazônia. O presidente acrescentou que quase metade das queimadas e incêndios florestais são acidentais. A meta do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, é reduzir em 30% os acidentes com fogo.

No ano passado, incêndios destruíram parte dos parques nacionais do Xingu (MT), do Araguaia (TO), da Chapada Diamantina (BA) e da Chapada dos Veadeiros (GO). Desde 1978, a média anual de desmatamento na Amazônia brasileira é de 19 mil quilômetros quadrados. Entre 1990 e 1993 houve uma pequena redução, seguida de um aumento entre 1994 e 1995, associada à violenta queda de preços da terra após o início do Plano Real. Depois, a média

anual recomeçou a cair até 1997, ano em que foram desmatados 13 mil quilômetros quadrados. Há indicações de que a área voltou a crescer desde então.

“Fica difícil, porém, avaliar o que ocorreu desde o início da campanha ‘Amazônia Fique Legal’, já que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ainda não divulgou os índices de 1998 e 1999”, afirma Ana Cristina Barros, diretora-executiva do

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), organização não-governamental que acompanha a questão de perto.

Ela lembra que o satélite do Inpe também tem algumas limitações, como uma escala muito grande, de 250 por 250 quilômetros.

A campanha antidevastação deste ano terá algumas diferenças em relação aos anos anteriores, além da participação das agências estaduais. Segundo Hélio Pereira, da coordenação de planejamento da campanha, a principal delas é quanto aos recursos. “Estamos empenhados em conseguir os recursos necessários um pouco mais cedo este ano”, diz.

As atividades preventivas, como o treinamento e a capacitação dos produtores rurais, também serão reforçadas. “Pretendemos regularizar e acompanhar a prática de pequenas queimadas ou desmatamentos.”

## São Paulo

Como na Amazônia, o combate ao fogo em São Paulo também está envolvendo cada vez mais atores. No fim do ano passado, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) determinou que as secretarias estaduais do Meio Ambiente, da Educação e de Agricultura e Abastecimento promovam campanhas educativas para orientar os usuários de rodovias, fazendeiros, trabalhadores rurais e escolas públicas sobre a melhor forma de combater incêndios. Desde 1989 o estado tem promovido a Operação Mata Fogo, que envolve, além dos órgãos ambientais, a Secretaria de Segurança e a Defesa Civil.

(\* do InvestNews)

